

Município de Amarante

Telefone: 255420200

Fax: 255420201

Endereço Internet: <http://www.cm-amarante.pt>

Endereço *email*: amarante@cm-amarante.pt



RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2008

1. INTRODUÇÃO:

O relatório que ora se apresenta resulta das disposições constantes da alínea b), n.º 1 do artigo 3.º e n.º 1 do artigo 47 da Lei das Finanças Locais¹ e ponto 13 das Considerações Técnicas do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais = POCAL).

Com ele pretende-se fazer uma análise das vertentes orçamental e patrimonial das contas do Município de Amarante relativas ao ano financeiro de 2008 e, bem assim, da sua evolução face aos últimos exercícios económicos.

A prática de actos financeiros de efectivação da despesa e arrecadação da receita encontra-se subordinada ao cumprimento de inúmeras normas jurídicas e que, por si só, faz com que a actividade financeira autárquica seja uma actividade extremamente vinculada do ponto de vista jurídico. Esta vinculatividade nunca poderá desfalecer, dado que, no fim de contas, sempre se tratará de assegurar que o Interesse público seja convenientemente prosseguido e que os dinheiros sejam convenientemente aplicados.

Todavia, não podemos ficar indiferentes ao cenário macro-económico desfavorável.

Assim é que, de acordo com os indicadores avançados pelo Banco de Portugal, o PIB² (Produto Interno Bruto) deveria ser de aproximadamente de 0,3% (1,9% em 2007), no entanto os valores apresentados para o PIB nos últimos meses do ano apresentam crescimentos nulos ou com tendência negativa. A desaceleração do PIB reflecte o abrandamento da procura interna, determinada pelo comportamento do investimento, que diminuiu, tal como as importações e as exportações, que também apresentam um decréscimo. O Banco de Portugal considera que a economia portuguesa entrou em recessão técnica, caracterizada por dois trimestres consecutivos de contracção do PIB, na segunda metade de 2008.

A taxa de inflação em 2008 registou uma taxa de variação média de 2,6% (2,5% em 2007). Esta evolução é marcada pelo comportamento dos preços ao longo

¹ Aprovada pela Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro.

² "O PIB é o nome que damos ao valor de mercado de todos os bens e serviços finais produzidos num país durante um determinado ano. O produto interno bruto (PIB) é a medida mais abrangente na produção total de bens e serviços de um país. É a soma dos valores monetários do consumo, do investimento bruto,



do ano, influenciados pela subida significativa do preço do petróleo até Agosto do corrente ano.

Com efeito, gerou-se um efeito de desaceleração da economia, com quebra dos rendimentos, desde logo, das pequenas e médias empresas, bem como, por arrasto, das famílias.

Por tal causa, sentida sobremaneira pela crise do *subprime*, embora em não maior escala do que no país de origem, o mercado imobiliário, tido como motor da economia, estagnou, sendo a prova disso a redução das taxas arrecadadas com as licenças urbanísticas e compensações daí derivadas.

Não obstante, conseguimos manter a nossa posição no *ranking* dos Municípios que cumprem sem qualquer espécie de inadimplemento as suas obrigações contratuais, estando, por isso, no topo da tabela.

Na verdade, a melhor maneira de evitar que as empresas caíam na insolvência é “pagar a tempo e horas”, bem como o não agravamento da carga fiscal, como é exemplo paradigmático o permanente não lançar mão da derrama³.

De qualquer modo, como adrede se demonstra de forma detalhada, a execução financeira foi de 73,5%, sendo que o grau de execução de lançamento de obras foi de 89%. A execução da receita atingiu 70%, ao passo que a despesa foi de 74%. Não deixa de ser significativo o facto de se continuar a gerar ganhos de poupança corrente de 4.328.121,00 euros. As transferências de capital (Juntas de Freguesia, Associações Municipais e Instituições) representaram um acréscimo de 39% em relação ao ano anterior. Finalmente, sem necessidade de recurso ao *rating*, salienta-se o facto de todos os rácios atingirem valores bem acima da unidade.

Para o efeito, enumeram-se algumas das acções e projectos realizados durante o ano findo:

- **As Funções Sociais** absorveram 59% da despesa efectuada, sendo de destacar:

das compras pelo Estado de bens e serviços e das exportações líquidas produzidos num país durante um ano”, cit. SAMUELSON, PAUL A; NORDHAUS, WILLIAM D., in *Economia*, 18.ª Edição, p.424.

³ Os municípios podem deliberar lançar anualmente uma derrama, até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerça, a título principal, uma actividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território (cfr. artigo 14.º, n.º 1 da Lei das Finanças Locais).



- Educação:

Obteve uma taxa de execução de 65%, o que equivale a um **investimento de 3.153.975,05 euros**, donde se destacam:

- Conclusão das empreitadas referentes ao restauro do Edifício Administrativo e do edifício primário da Escola de Roçadas;
- Aquisição dos terrenos para os Centros Escolares da Madalena/Lufrei e de Gatão/Vila Garcia/Aboim e Chapa;
- Aquisição de equipamento informático (hardware e software) para as escolas do ensino básico;
- Continuação dos trabalhos referentes às empreitadas de Ampliação da EB 1 de Freixo de Cima, EB 2,3 do Marão e Adaptação a Jardim-de-infância da EB 1 de Aboadela
- Por recurso a administração directa efectuaram-se diversos trabalhos de reparação e montagem de mobiliário e equipamento em diversas escolas e pré-primários;
- Manutenção da autonomia financeira dos pré-escolares e escolas do 1º ciclo, dotando-as de verbas próprias para o desenvolvimento das suas actividades pedagógicas;
- Aquisição de material didáctico, combustível para aquecimento e pequenas reparações para o ensino pré-escolar.

- Habitação:

- Concessão de **subsídios ao arrendamento para famílias de reduzidos rendimentos**, tendo sido elaborados e apoiados 157 processos.

- Acção Social:

- Programa de Apoio ao Voluntariado Municipal, com apoio a 187 jovens universitários.

- Ordenamento do Território:

- Continuação dos trabalhos relativos à elaboração dos Planos de Pormenor do Vale da Ribeira do Queimado, da Barbeita, e do Rossio;
- Início dos trabalhos da empreitada referente ao Arranjo Urbanístico do Largo Conselheiro António Cândido e rua António Carneiro;



- Conclusão dos trabalhos da empreitada referente à repavimentação dos arruamentos dos Bairros do Pinheiro Manso e Barracão;
- Início dos trabalhos referentes ao arranjo urbanístico da Igreja em Gatão;
- Adjudicação das empreitadas de repavimentação do Bairro da Taga, em Telões, e da Urbanização dos Ataúdes, na Madalena;
- Repavimentação das ruas Dr. Fernando Brochado e Relas (incluindo construção de fontanário);
- Prestação de serviços referentes à revisão do Plano Director Municipal, incluindo prévia delimitação da REN.

- Saneamento e Abastecimento de água:

- Conclusão dos trabalhos de empreitada referentes à execução da rede de saneamento no lugar de Formão, em Cepelos;
- Conclusão dos trabalhos referentes à execução da rede de águas pluviais em Crespo, Cepelos e na Lomba, desde o Cemitério até Padronelo;
- Início dos trabalhos das empreitadas de execução da rede de água e saneamento nas freguesias de Freixo de Cima, Freixo de Baixo, Figueiró Sta Cristina e Figueiró Santiago e Bacia 2;
- Adjudicação da empreitada referente à execução da rede de água e saneamento na Bacia1;
- Lançamento dos concursos referentes à execução das redes de água e saneamento nas freguesias de S. Simão e da Chapa/Aboim;
- Pagamento da 1ª tranche, no valor de 102.372 euros, da participação no capital social da empresa *Águas do Ave, SA*;
- Execução dos trabalhos do prolongamento e alteração dos patamares de pressão da rede de distribuição de água na freguesia de Ôlo e da Empreitada para construção de uma conduta adutora e estação elevatória para abastecimento de água à freguesia de Aboim a partir do sistema principal. 1ª fase, em Aboim.



- Cultura:

- Outorga do contrato de comodato e subsequente inauguração do edifício onde se encontra sediado o *Centro Cultural de Amarante*;
- Realização do Prémio de Poesia Teixeira de Pascoaes;
- Recuperação da Casa da Torre;
- Prossecução da vasta e variada actividade cultural, com destaque para os protocolos celebrados com a Filandorra – Teatro do Nordeste e com a Orquestra do Norte, para as áreas do teatro e música, respectivamente e o Festival de Teatro realizado no Verão.

- Desporto, recreio e lazer:

- Adjudicação da empreitada de arranjos exteriores do Pavilhão Desportivo de Vila Caiz;
- Conclusão dos trabalhos para a construção do Pavilhão Desportivo de Vila Caiz e da construção da pista de canoagem em Fridão.

As Funções Económicas absorveram 14% do total das despesas e são de destacar as seguintes acções:

- no domínio da rede viária:

- Conclusão dos trabalhos de empreitada de pavimentação do Caminho Municipal 1216 desde a EM 571 até ao CM 1637 (Aldeia Nova), em Carvalho de Rei;
- Conclusão dos trabalhos das empreitadas para execução de passeios e guardas de protecção na EM 312 em S. Faustino, em Fridão e da repavimentação da EM 572 entre a EM 755 e a EM 757, em Lufrei;
- Início dos trabalhos de repavimentação da EM 755 desde a EM 573 até à EM 312, em Lufrei;
- Início dos trabalhos referentes à Beneficiação da Av. 1º de Maio, no troço entre o Salto e a EM 211.1;
- Início dos trabalhos referentes ao alargamento e pavimentação do acesso ao lugar do Loureiro, em Jazente;



- Continuação dos trabalhos referentes à construção da travessia desnivelada na Variante do Tâmega, no lugar do Rio Largo;
 - Conclusão das obras referentes à execução do parque de estacionamento do Queimado e terminal rodoviário.
- **No domínio do Turismo:**
- Expansão da Rede sem Fios de Acesso à Internet do Município de Amarante à Zona de Sta Luzia e Campo da Feira.
 - Adjudicação da empreitada referente à execução da ecopista.

As **Outras Funções** absorveram 21% da despesa total destacando-se aqui o apoio concedido às Juntas de Freguesia e associações municipais.

Neste agregado é ainda de destacar a comparticipação na construção da sede do Núcleo de Amarante da Cruz Vermelha e a aquisição da quota referente à totalidade do capital social da Hidroôlo.

As **Funções Gerais** absorveram 6% do total das despesas, com relevo para a aquisição de diverso equipamento para modernização administrativa (renovação do parque informático) e funcionamento dos serviços, nomeadamente a aquisição de aplicações para soluções *on line*.

2. RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

No ano de 2008, e em termos orçamentais, a execução financeira foi de 73,5%, a execução em termos físicos foi de 74% e de 89% em termos de lançamento de obras. De salientar que a execução física ficou prejudicada essencialmente devido aos adiamentos na adjudicação das empreitadas da Bacia 1 e 2 referentes ao Abastecimento de água e saneamento às Freguesias de Telões e Vila Garcia.

Todavia, tendo em conta o programa do Executivo para 2008, apesar dos desvios financeiros em termos absolutos, as grandes opções do plano para 2008 foram conseguidas pois que se constata que, em termos relativos, os valores obtidos foram sensivelmente iguais aos propostos.

Quadro nº.1
 Execução Orçamental das GOP's por Funções

Destino	Peso Relativo Previsto	Peso Relativo Executado
Funções Gerais	5%	6%
Funções Sociais	62%	59%
Funções Económicas	16%	14%
Outras funções	17%	21%

No quadro seguinte, pode-se observar a estrutura e execução das Grandes Opções do Plano (GOP's):

 Quadro nº.2
 Estrutura e execução das GOP'S

Objectivo Programa	Descrição	Montante Previsto	Montante Executado	Execução Financeira Anual %
1.	FUNÇÕES GERAIS	1.320.279,92	928.273,99	70,31%
1.1.0.	Serviços Gerais da Administração Pública	822.683,92	563.193,84	68,46%
1.1.1.	Administração Geral	822.683,92	563.193,84	68,46%
1.2.0.	Segurança e Ordem Públicas	497.596,00	365.080,15	73,37%
1.2.1.	Protecção Civil e Luta Contra Incêndios	497.596,00	365.080,15	73,37%
2.	FUNÇÕES SOCIAIS	16.378.021,32	9.529.921,66	58,19%
2.1.0.	Educação	4.876.668,00	3.153.975,05	64,67%
2.1.1.	Ensino Não Superior	2.702.068,00	1.144.753,36	42,37%
2.1.2.	Serviços Auxiliares de Ensino	2.174.600,00	2.009.221,69	92,40%
2.2.0	Saúde	275.550,00	0,00	0,00%
2.2.1	Serviços Individuais de Saúde	275.550,00		0,00%
2.3.0	Segurança e acção sociais	124.500,00	115.165,12	92,50%
2.3.1.	Segurança Social			
2.3.2.	Acção Social	124.500,00	115.165,12	92,50%
2.4.0.	Habitação e serviços colectivos	6.491.935,32	2.907.210,16	44,78%
2.4.1	Habitação	255.000,00	159.071,86	62,38%
2.4.2.	Ordenamento do território	2.136.813,00	340.987,55	15,96%
2.4.3.	Saneamento	2.276.775,00	1.438.520,08	63,18%
2.4.4.	Abastecimento de Água	915.127,32	280.027,98	30,60%
2.4.5.	Resíduos Sólidos	815.200,00	621.480,38	76,24%
2.4.6.	Protecção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza	93.020,00	67.122,31	72,16%
2.5.0	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	4.609.368,00	3.353.571,33	72,76%
2.5.1.	Cultura	2.455.612,00	1.608.870,37	65,52%
2.5.2.	Desporto, Recreio e Lazer	2.153.756,00	1.744.700,96	81,01%
2.5.3.	Outras Actividades Cívicas e Religiosas			
3.	FUNÇÕES ECONÓMICAS	4.279.639,00	2.247.435,76	52,51%
3.1.0.	Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	1.000,00		0,00%
3.2.0.	Indústria e energia	249.000,00	68.416,89	27,48%
3.3.0.	Transportes e comunicações	3.804.639,00	2.136.880,54	56,17%
3.3.1.	Transportes Rodoviários	3.804.639,00	2.136.880,54	56,17%
3.4.0	Comércio e turismo	200.000,00	42.138,33	21,07%
3.4.1.	Mercados e Feiras	5.000,00		0,00%
3.4.2.	Turismo	195.000,00	42.138,33	21,61%
3.5.0.	Outras Funções Económicas	25.000,00		0,00%
4.	OUTRAS FUNÇÕES	4.561.169,00	3.387.387,66	74,27%
4.2.0	Transferências entre administrações	3.270.067,00	2.349.329,00	71,84%
4.3.0	Diversas não especificadas	1.291.102,00	1.038.058,66	80,40%
TOTAL GERAL		26.539.109,24	16.093.019,07	60,64%



3. ANÁLISE ORÇAMENTAL E PATRIMONIAL:

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com os princípios e critérios contabilísticos definidos pelo POCAL, de acordo com as orientações contabilísticas emitidas pela Comissão de Normalização Contabilística da Administração Pública (CNCAP) e ainda nos moldes tradicionais da Contabilidade Orçamental.

A análise Orçamental e Patrimonial compreende o período de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2008.

Importará ainda salientar a diferença que existe entre os dois tipos de contabilidade para se compreender os resultados apresentados. Assim, enquanto que a contabilidade orçamental é vista numa óptica de caixa (recebimentos/pagamentos), a contabilidade patrimonial é vista numa óptica de resultados (custos/proveitos).

3.1 ANÁLISE ORÇAMENTAL

Analisando globalmente os documentos referentes à contabilidade orçamental, e referidos ao orçamento final, verificamos que no ano 2008, o orçamento registou uma taxa de execução global de 74%, com um comportamento similar entre os agregados das receitas e das despesas.

Quadro nº.3
Síntese da Execução Orçamental

(Un.: euros)

Designação	Orçada	Executada	Saldo	% Execução
Receita	44.795.859,24	31.334.355,19	13.461.504,05	70%
Despesa	44.795.859,24	32.939.707,39	11.856.151,85	74%



No campo das receitas verificamos que a sua cobrança foi a descrita no quadro seguinte.

Quadro nº.4
Síntese da Execução Orçamental da Receita

(Un.: euros)

Designação	Orçada	Executada	Saldo	% Execução
Corrente	24.093.669,30	23.261.098,40	832.570,90	97%
Capital	18.862.327,00	8.062.418,36	10.799.908,64	43%
Outras Receitas	1.839.862,94	10.838,43	1.829.024,51	1%

Pela análise do quadro constatamos que:

- a arrecadação das receitas correntes foi de 23.261.098 euros, o que corresponde a uma taxa de execução de 97% face ao orçamento actual;
- a arrecadação das receitas de capital registou um desempenho menos eficaz, tendo-se cobrado 8.062.418 euros, o que representa uma taxa de execução de 43%.

No que respeita aos agregados da despesa verificamos que estes apresentam um desempenho similar ao ocorrido com as receitas:

- as despesas correntes, no montante de 18.932.977 euros, registaram uma taxa de execução de 89%
- as despesas de capital apresentam uma taxa de realização de 59%.

Quadro nº5.
Síntese da Execução Orçamental da Despesa

(Un.: euros)

Designação	Orçada	Executada	Saldo	% Execução
Corrente	21.231.870,00	18.932.977,43	2.298.892,57	89%
Capital	23.563.989,24	14.006.729,96	9.557.259,28	59%

Analisando os movimentos financeiros realizados na gerência de 2008, vemos que as entradas de fundos ascenderam a 35.885.639 euros, dos quais 31.334.355 euros têm origem em receitas orçamentais e 4.551.283,80 euros são provenientes de Operações de Tesouraria.



Considerando que a despesa global paga totalizou 37.328.978 euros, e a existência de um saldo inicial de 2.228.505 euros, o saldo a transitar para a gerência seguinte será no valor de 1.857.899 euros.

Quadro nº.6

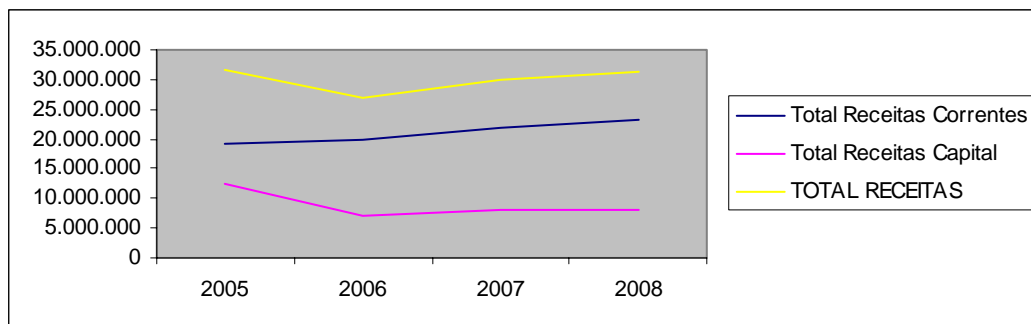
Designação	Operações Orçamentais	Operações de Tesouraria	Total
Saldo transitado de 2007	2.228.505,40	1.072.732,33	3.301.237,73
Receitas cobradas	31.334.355,19	4.551.283,80	35.885.638,99
Despesas pagas	32.939.707,39	4.389.270,37	37.328.977,76
Saldo a transitar para 2009	623.153,20	1.234.745,76	1.857.898,96

3.1.1 RECEITAS

Quadro nº.7
Evolução da Receita por Classificação Económica

(Un.: euros)

Cód.	Designação	2005		2006		2007		2008	
		Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	Peso %
01	Impostos Directos	4.212.822	13,3%	4.175.383	15,4%	4.940.161	16,4%	5.421.876	17,3%
02	Impostos Indirectos	495.504	1,6%	574.374	2,1%	507.556	1,7%	427.034	1,4%
04	Taxas Multas Outras Penalidades	1.057.037	3,3%	953.467	3,5%	948.835	3,2%	909.479	2,9%
05	Rendimentos de Propriedade	21.920	0,1%	146.953	0,5%	1.375.168	4,6%	1.718.793	5,5%
06	Transferências Correntes	9.091.873	28,7%	9.762.250	36,1%	11.064.174	36,8%	11.620.986	37,1%
07	Venda de Bens e Serviços Correntes	3.953.409	12,5%	4.127.221	15,3%	2.873.054	9,5%	3.016.382	9,6%
08	Outras Receitas Correntes	242.370	0,8%	89.554	0,3%	164.671	0,5%	146.549	0,5%
	Total Receitas Correntes	19.074.936	60,2%	19.829.201	73,4%	21.873.620	72,7%	23.261.098	74,2%
09	Venda de Bens de Investimento	190.654	0,6%	80.814	0,3%	851.369	2,8%	81.061	0,3%
10	Transferências de Capital	6.316.506	19,9%	7.118.359	26,3%	6.173.772	20,5%	7.456.357	23,8%
11	Passivos Financeiros	6.107.822	19,3%		0,0%	830.000	2,8%	525.000	1,7%
13	Outras Receitas de Capital	3.687	0,0%	826	0,0%	359.055	1,2%	10.838	0,0%
	Total Receitas Capital	12.618.669	39,8%	7.199.998	26,6%	8.214.196	27,3%	8.073.257	25,8%
	Total das Receitas	31.693.605	100,0%	27.029.200	100,0%	30.087.816	100,0%	31.334.355	100,0%





As receitas totais atingiram o montante de 31.334.355 euros, o que significou um aumento de 1.246.539 euros (4,1%), relativamente ao ano anterior.

As receitas correntes atingiram o montante de 23.261.098 euros e foram alimentadas sobretudo pelos **impostos directos, transferências correntes do Orçamento do Estado e pela prestação de serviços e licenciamento de obras particulares e loteamentos**. As transferências correntes, no montante de 11.620.986 euros, representaram 50% do total das receitas correntes e respeitam, principalmente, às verbas correntes do Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e participação fixa no IRS. Os impostos directos constituíram 23% das receitas correntes e concorrem para este tipo de receita, o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) com 2.922.083 euros, o Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Bens (IMT) com 1.905.984 euros e o Imposto Único de Circulação com 593.808 euros.

Relativamente ao ano de 2007, constata-se **que as receitas correntes tiveram um acréscimo de 1.387.478 euros (6,3%)**, motivado essencialmente pelo aumento em 481.715 euros verificado na rubrica dos impostos directos, no aumento em 556.811 euros na rubrica das transferências correntes e no acréscimo em 343.625 euros na rubrica dos rendimentos de propriedade, que inclui os juros de depósitos bancários e rendas de imóveis, nomeadamente, a concessão com a EDP.

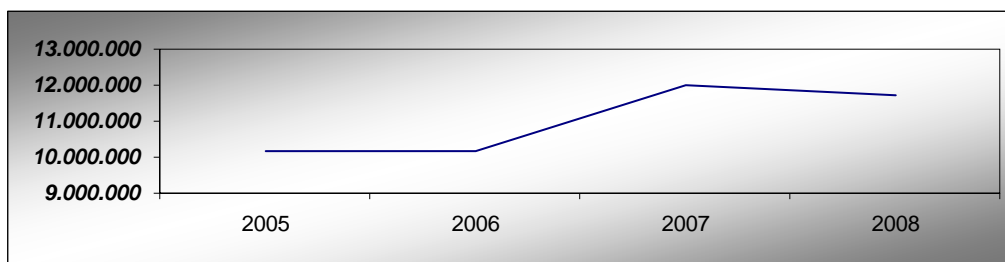
As receitas de capital atingiram o montante de 8.073.257 euros, verificando-se uma diminuição, relativamente ao ano anterior, de 140.939 euros. Tal variação foi motivada pela diminuição da rubrica referente a venda de bens de investimentos (no ano anterior o Município procedeu à venda de habitações sociais) e pela diminuição da rubrica referente a utilização de empréstimos bancários (no ano anterior foi utilizado o montante de 830.000 euros e no ano de 2008 foram utilizados 525.000 euros).

As receitas provenientes do Orçamento do Estado representaram 46% do total das receitas, sendo 15% das outras transferências, 37% de receitas próprias e 2% de receitas de empréstimos.

Quadro nº.8
Evolução das Receitas Próprias

(Un.: euros)

Designação	2005		2006		2007		2008	
	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	Peso %
Impostos Locais	4.708.326	46,3%	4.749.757	46,8%	5.447.718	45,3%	5.848.909	49,9%
Taxas Multas e Outras Penalidades	1.057.037	10,4%	953.467	9,4%	948.835	7,9%	909.479	7,8%
Rendt°. Propriedades	21.920	0,2%	146.953	1,4%	1.375.168	11,4%	1.718.793	14,7%
Venda Bens e Prestação de Serviços	3.953.409	38,8%	4.127.221	40,7%	2.873.054	23,9%	3.016.382	25,7%
Outras Receitas Correntes	242.370	2,4%	89.554	0,9%	164.671	1,4%	146.549	1,2%
Venda de Bens de Investimento	190.654	1,9%	80.814	0,8%	851.369	7,1%	81.061	0,7%
Outras Receitas de Capital	3.687	0,0%	826	0,0%	359.055	3,0%	10.838	0,1%
Total das Receitas	10.177.403	100,0%	10.148.591	100,0%	12.019.870	100,0%	11.732.012	100,0%



As receitas próprias, no montante de 11.732.012 euros, decresceram 287.857 euros (2,4%) relativamente ao ano anterior, e representaram 37% do total das receitas. Esta variação negativa está directamente relacionada com a diminuição das receitas resultantes da venda de imóveis (diminuiu 770.308 euros relativamente ao período anterior).

As receitas fiscais⁴ atingiram o montante de 6.758.389 euros, registando um aumento de 361.836 euros (5,7%) relativamente ao ano de 2007.

As receitas próprias de funcionamento⁵, com o montante de 23.342.159 euros, cresceram 2,7% face ao ano anterior.

Sendo as despesas obrigatórias⁶ de 21.542.921 euros, registe-se a capacidade líquida de auto-financiamento no montante de 1.799.238 euros.

⁴ As receitas fiscais são obtidas pelo somatório das rubricas dos impostos directos, impostos indirectos e taxas, multas e outras penalidades.

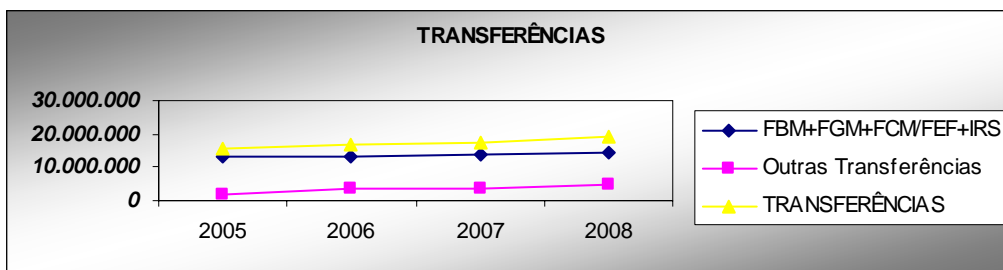
⁵ As receitas próprias de funcionamento são calculadas pelo somatório das receitas correntes com a venda de bens de investimento.

⁶ As despesas obrigatórias resultam do somatório das despesas correntes com a despesa relativa a amortizações de empréstimos.

Quadro nº.9
Evolução das Transferências

(Un.: euros)

Designação	2005		2006		2007		2008	
	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	Peso %
F.E.F.+IRS/FGM+FCM	13.380.008	86,8%	13.380.008	79,3%	13.690.371	79,4%	14.374.890	75,4%
Outras Transferências	2.028.372	13,2%	3.500.601	20,7%	3.547.576	20,6%	4.702.453	24,6%
Total das Receitas	15.408.380	100,0%	16.880.609	100,0%	17.237.947	100,0%	19.077.343	100,0%



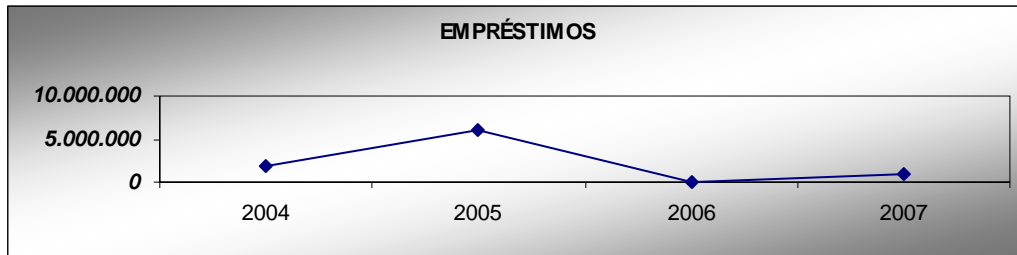
As transferências, com o montante de 19.077.343 euros, cresceram 1.839.396 euros (10,7%), em relação ao ano anterior, representando as transferências do Orçamento de Estado 75,4% do seu total.

Em relação às receitas totais, as transferências contribuíram para 61% do seu valor.

Quadro nº.10
Evolução da Utilização de Empréstimos

(Un.: euros)

Designação	2005	2006	2007	2008
Médio e Longo Prazo	6.107.822	0	830.000	525.000
Caixa G. Depósitos	1.711.881	0		
TOTTA	4.395.941	0		
BPI	0	0	830.000	525.000
Curto Prazo	0	0	0	0
TOTAL	6.107.822	0	830.000	525.000



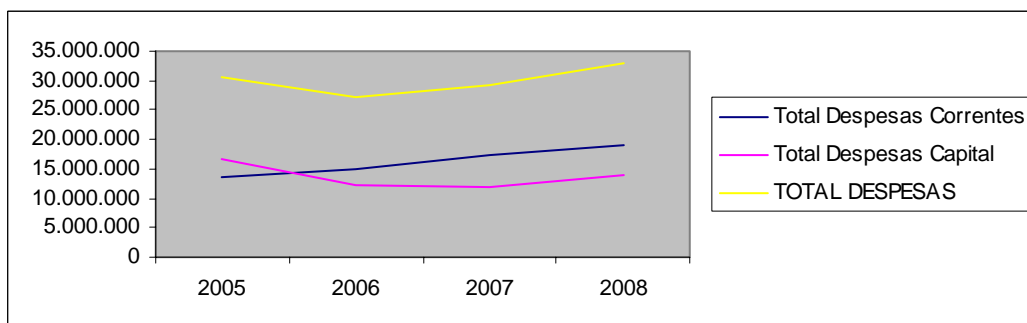
Durante o ano de 2008 utilizou-se o montante de 525.000 euros referente à parte restante do empréstimo contratado ao Banco BPI no montante total de 1.355.000 euros. É ainda de referir que o Município dispõe de um empréstimo no montante de 1.700.000 euros ainda por utilizar.

3.1.2 DESPESAS

Quadro n.º 11
Evolução da Despesa por Classificação Económica

(Un.: euros)

Cód.	Designação	2005		2006		2007		2008	
		Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	Peso %
01	Pessoal	6.558.684	21,5%	7.356.517	27,1%	8.271.538	28,1%	8.712.746	26,5%
02	Aquisição Bens e Serv. Correntes	5.542.367	18,2%	5.625.939	20,8%	6.849.575	23,3%	7.427.156	22,5%
03	Encargos Correntes Dívida	367.527	1,2%	476.209	1,8%	556.524	1,9%	579.200	1,8%
04	Transferências Correntes	1.004.597	3,3%	1.123.367	4,1%	1.397.118	4,8%	1.519.173	4,6%
06	Outras Despesas Correntes	283.489	0,9%	287.963	1,1%	309.475	1,1%	694.702	2,1%
	Total Despesas Correntes	13.756.664	45,1%	14.869.995	54,8%	17.384.230	59,2%	18.932.977	57,5%
07	Aquisição Bens Investimento	11.987.451	39,3%	7.709.679	28,4%	7.775.451	26,5%	8.206.426	24,9%
08	Transferências Capital	2.744.228	9,0%	2.291.799	8,5%	2.131.487	7,3%	2.952.903	9,0%
09	Activos Financeiros	249.748	0,8%		0,0%	0	0,0%	237.372	0,7%
10	Passivos Financeiros	1.623.056	5,3%	2.165.917	8,0%	2.079.968	7,1%	2.609.944	7,9%
11	Outras Despesas de Capital	160.614	0,5%	75.055	0,3%	14.123	0,0%	85	0,0%
	Total Despesas Capital	16.765.097	54,9%	12.242.450	45,2%	12.001.029	40,8%	14.006.730	42,5%
	TOTAL DESPESAS	30.521.761	100,0%	27.112.445	100,0%	29.385.259	100,0%	32.939.707	100,0%



As despesas totais atingiram o montante de 32.939.707 euros, sendo as despesas correntes de 57,5% e as de capital de 42,5%. Em relação ao ano 2007,

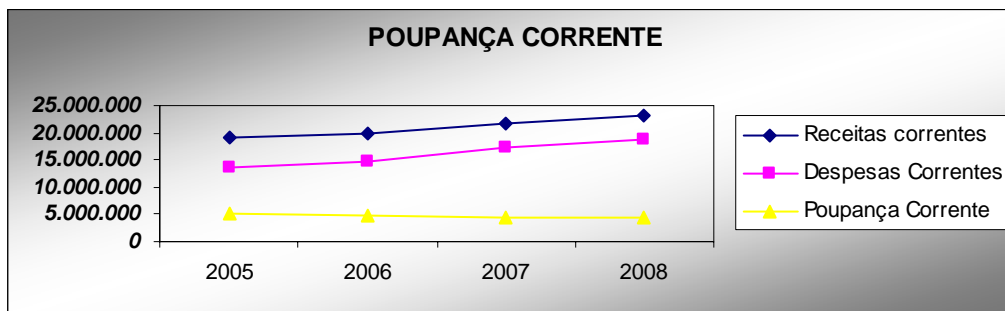


verifica-se um aumento de 3.554.449 euros (12,1%), motivado pelo aumento da aquisição de bens e serviços correntes e de bens de investimento em 577.581 euros e da rubrica de passivos financeiros, em 529.976 euros. Relativamente à rubrica de passivos financeiros, é de salientar que o aumento verificado está directamente relacionado com uma **amortização extraordinária no montante de 719.035 euros, e que foi motivada pela aprovação de uma candidatura de fundos comunitários em regime de *overbooking*.**

Quadro nº.12
Evolução da Poupança Corrente

Designação	2005	2006	2007	2008
Receita Corrente	19.074.936	19.829.201	21.873.620	23.261.098
Despesa Corrente	13.756.664	14.869.995	17.384.230	18.932.977
Poupança Corrente	5.318.273	4.959.207	4.489.390	4.328.121

(Un.: euros)



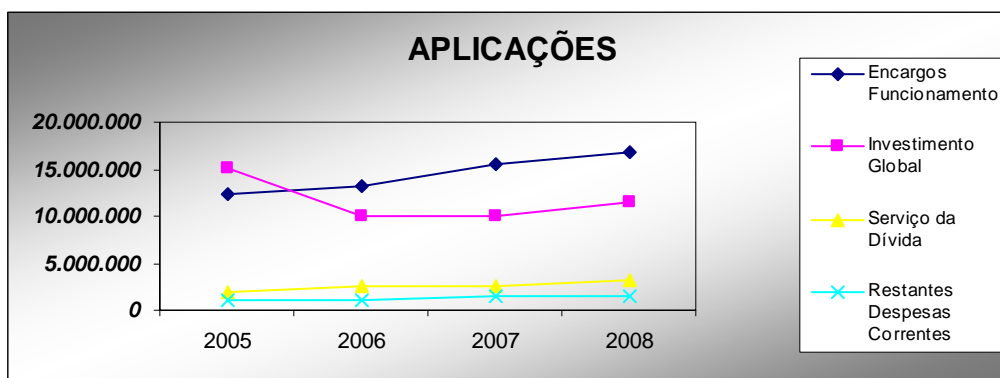
No cumprimento do princípio do equilíbrio orçamental, previsto no ponto 3.1.1 do POCAL, o orçamento deve prever as receitas para cobrir as despesas e as receitas correntes deverão ser pelo menos iguais às despesas correntes, permitindo encaminhar este saldo corrente para o financiamento de investimentos municipais.

Em 2008, a poupança corrente gerada no Município cifrou-se em 4.328.121 euros e apesar de um decréscimo no montante de 161.269 euros relativamente ao período anterior, conseguiu-se financiar 30% das despesas de capital.

Quadro nº13.
Evolução da Despesa por Agregados Económicos

(Un.: euros)

Designação	2005		2006		2007		2008	
	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	Peso %
Encargos de Funcionamento	12.384.540	40,6%	13.270.419	48,9%	15.430.588	52,5%	16.834.604	51,1%
Pessoal	6.558.684	21,5%	7.356.517	27,1%	8.271.538	28,1%	8.712.746	26,5%
Aquisição Bens e Serv. Correntes	5.542.367	18,2%	5.625.939	20,8%	6.849.575	23,3%	7.427.156	22,5%
Outras Despesas Correntes	283.489	0,9%	287.963	1,1%	309.475	1,1%	694.702	2,1%
Investimento Global	15.142.041	49,6%	10.076.533	37,2%	9.921.060	33,8%	11.396.786	34,6%
Investimento Directo	11.987.451	39,3%	7.709.679	28,4%	7.775.451	26,5%	8.206.426	24,9%
Transferências Capital	2.744.228	9,0%	2.291.799	8,5%	2.131.487	7,3%	2.952.903	9,0%
Outras Despesas de Capital	160.614	0,5%	75.055	0,3%	14.123	0,0%	85	0,0%
Activos Financeiros	249.748	0,8%	0	0,0%	0	0,0%	237.372	0,7%
Serviço da Dívida	1.990.584	6,5%	2.642.126	9,7%	2.636.493	9,0%	3.189.144	9,7%
Juros	367.527	1,2%	476.209	1,8%	556.524	1,9%	579.200	1,8%
Amortização	1.623.056	5,3%	2.165.917	8,0%	2.079.968	7,1%	2.609.944	7,9%
Restantes Despesas Correntes	1.004.597	3,3%	1.123.367	4,1%	1.397.118	4,8%	1.519.173	4,6%
Juntas de Freguesia	149.175	0,5%	192.436	0,7%	270.997	0,9%	343.800	1,0%
Associações Municipais	855.422	2,8%	930.931	3,4%	1.126.121	3,8%	1.175.373	3,6%
TOTAL DESPESAS	30.521.761	100,0%	27.112.444	100,0%	29.385.259	100,0%	32.939.707	100,0%



1) ENCARGOS DE FUNCIONAMENTO

Os encargos de funcionamento com o montante de 16.834.604 euros, cresceram 1.404.016 euros (9,1%) relativamente ao ano de 2007, e representaram 51% do total das despesas do município.

a) ENCARGOS COM PESSOAL

Os encargos com pessoal, no montante de 8.712.746 euros (27% do total das despesas), cresceram 441.208 euros (5,3%) relativamente ao ano anterior.

Este aumento foi motivado, essencialmente, pelos encargos decorrentes da contratação de docentes para leccionar nas áreas do ensino do Inglês, Música e



Actividade Física, à actualização salarial e aos encargos obrigatórios do Município relativos a despesas de saúde e segurança social dos funcionários públicos.

Não obstante o aumento das despesas com pessoal em 441.208 euros comparativamente ao ano de 2007, tal facto encontra respaldo nas situações de excepção referidas na Lei do Orçamento de Estado⁷.

Em termos de pessoal com relação jurídica de emprego por tempo indeterminado, e constante do mapa de pessoal no final do ano, foram contabilizados 345 funcionários, 1 contrato administrativo de provimento, 290 trabalhadores com contrato a termo por tempo determinado e 4 prestadores de serviços. A taxa de rotação foi de 30,4%

Em termos de entradas e saídas de pessoal registaram-se 143 admissões em regime de contrato de trabalho a termo certo e 52 saídas, sendo que destes 12 pertenciam ao quadro de pessoal do Município. É de notar que 107 trabalhadores contratados a termo exerciam funções a tempo parcial.

Recorreu-se aos trabalhadores inscritos no I.E.F.P através dos Programas – Trabalhadores sem meios de subsistência, Estágios profissionais e Vida-Emprego -, tendo sido obtida uma receita de 158.600,67 euros.

Importa ainda referir que as receitas obtidas da Direcção Regional de Educação do Norte (DREN) para as auxiliares de acção educativa e docentes foram de 960.613,99 euros.

O trabalho extraordinário, no montante de 152.299,18 euros, deveu-se essencialmente ao serviço de recolha de resíduos sólidos, transportes escolares, avarias de água e reparações, bem como ao apoio na realização de actividades culturais e funcionamento das instalações desportivas.

Relativamente ao desempenho de alguns serviços de atendimento, é possível apresentar os dados constantes do quadro seguinte.

Quadro nº14
 Evolução de indicadores de desempenho de alguns serviços municipais

Designação	2005	2006	2007	2008
Departamento de Urbanismo				
Nº. de requerimentos	6.831	7.326	6.246	6.294
Nº. de notificações	4.428	4.844	4.246	5.271
Licenças de construção	630	580	492	461
Licenças de utilização	797	496	567	478
Nº. de processos administrativos recepcionados para as mais diversas operações urbanísticas	631	566	551	457
Nº de processos de operações de loteamento	16	11	11	13
Nº. de pedidos de informação prévia de loteamento	3	1	2	47
Nº de processos de construção de muros de vedação e/ou suporte	108	91	85	88
Nº. de pedidos de certidão de destaque	8	53	53	27
Nº. de pedidos de alteração de alvará de loteamento	67	47	66	67
Nº de certidões diversas	370	319	334	331
Nº. de petições diversas	484	552	467	351
Nº. de horários de funcionamento	113	118	148	117
Sector Administrativo de águas e saneamento				
Instalação de novos contadores de água	1365	1306	1139	1371
Substituição de contadores de água	94	191	197	269
Desligação de contadores de água	641	726	755	777
Nº. de requisições para ligações à rede pública de água	593	457	322	380
Nº. de requisições para ligações à rede pública de saneamento	403	275	208	254
Nº de pedidos de esvaziamento de fossas sépticas	322	381	490	517
Nº. de mudanças de sítio de contadores	14	16	12	14
Novas ligações à rede pública de saneamento	1 074	971	804	882
Desligações à rede pública de saneamento	453	524	458	493
Repartição de contencioso e património				
Nº de processos de execução fiscal	10554	12538	8688	8895
Nº de processos de execução fiscal liquidados	5112	6571	4564	3270
Nº de escrituras públicas	11	8	41	11
Nº de contratos	53	80	37	71
Nº de processos de contra-ordenação	945	481	522	682
Nº de bens inventariados	2952	2134	3054	1647
Nº. de requisições internas	7207	2197	6709	6396
Nº. de processos de aquisição	4595	4111	6276	4377
Nº. de notas de encomenda	4415	3887	4001	4228

Em conclusão: o montante global de despesas com o pessoal, efectuado pelo Município ascendeu a 8.712.746 euros, representando 40% do total das receitas correntes do ano anterior.

De acordo com o estipulado no art.º 10º, n.º.1 e n.º.2 do DL n.º.116/84, de 6 de Abril, na redacção dada pela Lei n.º.44/85, de 13 de Setembro, foram apurados os limites legais para este Município, respeitantes a pessoal do quadro e pessoal além do quadro, concluindo-se que os mesmos não foram ultrapassados, tal como é demonstrado pelo quadro seguinte:

⁷ Durante o ano de 2008, as despesas com pessoal foram acompanhadas através de relatórios remetidos à Direcção-Geral das Autarquias Locais e Direcção-Geral do Orçamento de Estado que, por seu turno, cruzavam a informação.



Indicadores	2006	2007	2008
	%	%	%
<u>Despesas c/ pessoal do quadro</u>	23	21	20
Receita Corrente do ano anterior			
Limite =<60%			
<u>Despesas c/ em qualquer outra situação</u>	5	9	9
Receita Corrente do ano anterior			
Limite =<15%			

Pelo leitura do quadro constata-se que os valores dos indicadores do Município de Amarante se situam bastante abaixo do limite legal estabelecido – 60% para o pessoal do quadro e 15% para o pessoal em qualquer outra situação – como, de resto, se tem verificado em anos anteriores.

b) AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

A aquisição de bens e serviços, com o montante de 7.427.156 euros, aumentou 577.581 euros (8,4%) relativamente ao ano de 2007.

Com o objectivo de melhor explicitar estas despesas, importa individualizar algumas das rubricas da aquisição de bens e serviços.

Assim, os transportes escolares consumiram 1.267.124 euros; as matérias-primas registaram um valor de 382.076 euros, os encargos correntes com as instalações municipais (electricidade, água, condomínios, etc) cifraram-se em 850.213 euros, os estudos e consultadoria foram de 43.190 euros; os seguros de viaturas e de outros bens tiveram um encargo de 102.317 euros; as comunicações atingiram o montante de 196.652 euros, os encargos de cobrança de receitas registaram um montante de 195.620 euros e os consumos de secretaria foram de 66.652 euros.

c) OUTRAS DESPESAS CORRENTES

A rubrica Outras Despesas Correntes, com o montante de 694.702 euros, aumentou 385.227 euros (125%) em relação ao ano de 2007. Saliente-se, neste agregado, o montante de 158.453 euros em restituições; 228.300 euros em realizações de interesse municipal, 165.982,71 euros em pagamentos de IVA e 51.300 euros com indemnizações.



2) INVESTIMENTO GLOBAL

O investimento global foi de 11.396.786 euros, tendo aumentado 1.475.726 euros (15%) em relação ao ano de 2008.

a) INVESTIMENTO DIRECTO

O investimento directo da Autarquia, no montante de 8.206.426 euros, aumentou 430.975 euros (6%) relativamente ao ano anterior e a sua desagregação pelas diferentes rubricas está evidenciada no quadro seguinte.

Quadro nº.15
Desagregação do Investimento Directo

Objectivo	(un.: euros)	
	Valor	Peso
Terrenos e recursos naturais	515.573,00	6,3%
Instalações de serviços	29.348,14	0,4%
Instalações desportivas e recreativas	1.662.452,25	20,3%
Creches	50.165,27	0,6%
Escolas	381.092,79	4,6%
Viadutos, arruamentos e obras complementares	1.712.235,64	20,9%
Esgotos	606.369,95	7,4%
Iluminação Pública	37.693,89	0,5%
Captação, tratamento e distribuição água	228.541,02	2,8%
Viação Rural	173.614,87	2,1%
Sinalização e trânsito	176.196,54	2,1%
Cemitérios	64.755,79	0,8%
Outras construções	492.863,72	6,0%
Outros edifícios	1.227.973,02	15,0%
Equipamento informático	43.675,65	0,5%
Software informático	53.902,00	0,7%
Equipamento de transporte	135.451,57	1,7%
Equipamento básico	194.654,33	2,4%
Ferramentas e utensílios	12.870,72	0,2%
Artigos e objectos de valor	13.042,70	0,2%
Investimentos incorpóreos	60.125,60	0,7%
Equipamento administrativo	32.957,40	0,4%
Maquinaria e equipamento		0,0%
Outras construções e infra-estruturas		0,0%
Outros investimentos	300.869,67	3,7%
TOTAL	8.206.425,53	100,0%

b) TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

As transferências de capital para as Juntas de Freguesia, Associações Municipais e Instituições atingiram o montante de 2.952.903 euros, representando um acréscimo de 821.417 euros (39%), em relação ao ano de 2007.



3) SERVIÇO DA DÍVIDA

O serviço da dívida bancária atingiu o montante de 3.189.144 euros, aumentando 552.652 euros (21%) relativamente ao ano anterior. É de salientar, apesar de já mencionado, que este aumento ficou a dever-se a uma amortização extraordinária no montante de 719.035 euros.

O montante global representou 9,6% do total da despesa e 22% do total recebido com o Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), Fundo Social Municipal (FSM) e da participação fixa no IRS.

4) RESTANTES DESPESAS CORRENTES:

As restantes despesas correntes, no montante de 1.519.173 euros, cresceram 122.056 euros (8,7%), em relação ao ano anterior, sendo que 343.800 euros foram para as Juntas de Freguesia e 1.175.373 euros para as Associações Municipais.



3.1.3 INFORMAÇÕES ADICIONAIS

1. Endividamento Municipal

Quadro nº.16
Cálculo do Endividamento Líquido

(un.: euros)

CONTAS	Saldo devedor final do ano	Saldo credor final do ano
1 DISPONIBILIDADES	1.857.898,96	
11 Caixa	1.095,49	
12 Depósitos em instituições financeiras	1.856.803,47	
2 TERCEIROS	1.429.843,70	20.904.686,83
21 Clientes, contribuintes e utentes	712.908,53	
212 Contribuintes, c/c	87.583,87	
213 Utentes, c/c	235.013,49	
218 Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	390.311,17	
22 Fornecedores		16.789,37
222 a 227 (...)		16.789,37
23 Empréstimos obtidos		9.615.150,12
231 Em moeda nacional		9.615.150,12
2312 De médio e longo prazo		9.615.150,12
23121 Empréstimos bancários		9.615.150,12
24 Estado e outros entes públicos		213.672,65
26 Outros devedores e credores	66.523,77	1.268.123,88
261 Fornecedores de imobilizado		1.266.337,41
2611 Fornecedores de imobilizado, c/c		46.294,43
2612 a 2617 (...)		1.216.447,39
2618 Facturas em recepção e conferência		3.595,59
262 Pessoal		774,07
263 Sindicatos		1.012,40
268 Devedores e credores diversos	66.523,77	
27 Acréscimos e diferimentos	650.411,40	9.790.950,81
271 Acréscimos de proveitos	586.233,87	
272 Custos diferidos	64.177,53	
273 Acréscimos de custos		852.351,32
274 Proveitos diferidos		8.938.599,49
2741 a 2744 (...)		
2745 Subsídios para investimentos*		8.938.599,49
2748 Diferenças de câmbio favoráveis		
2749 Outros proveitos diferidos*		
28 Empréstimos concedidos		
4 IMOBILIZAÇÕES	1.065.442,14	
41 Investimentos financeiros	1.065.442,14	
411 Partes de capital	1.065.442,14	
412 Obrigações e títulos de participação		
413 (...)		
415 Outras aplicações financeiras		
TOTAL	4.353.184,80	20.904.686,83
TOTAL CONSIDERADO PARA CÁLCULO DO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	4.353.184,80	11.966.087,34



O endividamento líquido municipal atingiu, no final do ano de 2008, o valor de 7.612.903 euros e é equivalente à diferença entre a soma dos passivos, qualquer que seja a sua forma, incluindo nomeadamente os empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira e as dívidas a fornecedores, e a soma dos activos, nomeadamente o saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras, as aplicações de tesouraria e os créditos sobre terceiros. É de salientar que, e segundo orientações da Direcção Geral do Orçamento e da Direcção-Geral das Autarquias Locais, para o cálculo do endividamento líquido não entram as contas 2745 e 2749, e daí que, no quadro acima, o total considerado para o cálculo do endividamento líquido reflecta as mencionadas orientações.

No final do ano de 2008, a dívida referente a empréstimos de médio e longo prazo atingia o montante de 9.615.150 euros verificando-se que o total de 2.231.219 euros está excepcionado dos limites de endividamento municipal (artº. 39º da lei das Finanças Locais).

Em termos de situação de endividamento em 31/12/2008, e em síntese, temos a seguinte situação:

Quadro nº17
Apuramento da situação de endividamento em 31/12/2008

(un.: euros)	
Designação	Montante
TOTAL ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO CURTO PRAZO	0,00
CAPITAL EM DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS MUNICÍPIO	9.615.150,12
TOTAL ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO MUNICÍPIO	7.612.902,54
CAPITAL EM DÍVIDA DE EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS EXCEPCIONADOS DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL	2.231.218,66
CAPITAL EM DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS A CONSIDERAR	7.383.931,46
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO A CONSIDERAR	5.381.683,88



Os limites ao endividamento municipal, para o ano de 2008, obedecem ao estipulado no artº 39º da Lei das Finanças Locais e encontram-se descritos no quadro seguinte.

Quadro nº.18
Limites ao endividamento municipal - 2008

Designação	(un.: euros)	
	Montante	
ENDIVIDAMENTO DE CURTO PRAZO	1.836.566,24	
ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	18.365.662,35	
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	22.957.077,94	

Perante o acima exposto relativo ao endividamento municipal, resulta que, no final do ano 2008, os limites referentes ao montante máximo para a dívida referente a empréstimos, quer de curto prazo, quer de médio e longo prazo e ao endividamento líquido total, tal como definidos na Lei das Finanças Locais, atingiram valores muito distantes do máximo permitido.

Quadro nº.19
Situação face aos limites - 2008

ENDIVIDAMENTO DE CURTO PRAZO	Margem	1.836.566,24
ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	Margem	10.981.730,89
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	Margem	17.575.394,06

3.2 ANÁLISE PATRIMONIAL

3.2.1 Balanço e Demonstração de Resultados

BALANÇO

ENTIDADE

MUNICÍPIO DE AMARANTE

ANO 2008
FNG. 1

CÓDIGO DAS CONTAS	ATIVO	EXERCÍCIOS			
		N			N - 1
		AB	A/P	AL	AL
	Imobilizado:				
	Bens de domínio público				
451	Terrenos e recursos naturais	199.515,30		199.515,30	174.515,30
452	Edifícios				
453	Outras construções e infra-estruturas	29.117.459,96	5.809.403,79	23.308.056,17	21.446.497,40
455	Bens do patrimônio histórico, artístico e cultural				
459	Outros bens de domínio público				
445	Imobilizações em curso	9.241.105,65		9.241.105,65	9.802.802,28
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público				
		38.558.080,91	5.809.403,79	32.748.677,12	31.423.814,98
	Imobilizações incorpóreas				
431	Despesas de instalação				
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	540.662,11	350.282,65	190.379,46	244.513,71
433	Propriedade industrial e outros direitos	389.863,54	341.169,29	48.694,25	46.857,68
439	Outras imobilizações incorpóreas				
443	Imobilizações em curso	274.672,75		274.672,75	233.507,64
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas				
		1.205.198,40	691.451,94	513.746,46	524.879,03
	Imobilizações corpóreas				
421	Terrenos e recursos naturais	13.293.464,95		13.293.464,95	12.549.423,39
422	Edifícios e outras construções	55.191.474,28	7.892.027,42	47.299.446,86	44.294.652,24
423	Equipamento básico	3.703.331,42	2.665.339,73	1.037.991,69	1.232.672,69
424	Equipamento de transporte	1.960.898,45	1.305.868,06	655.030,39	624.298,60
425	Ferramentas e utensílios	212.303,69	185.443,93	26.859,76	28.535,83
426	Equipamento administrativo	916.917,60	656.334,28	260.583,32	116.982,65
427	Taras e vasilhame				
429	Outras imobilizações corpóreas	2.064.813,95	1.198.750,54	866.063,41	861.276,55
442	Imobilizações em curso	3.643.197,79		3.643.197,79	3.394.234,34
448	Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas				
		80.986.402,13	13.903.763,96	67.082.638,17	63.102.076,29
	Investimentos financeiros				
411	Partes de capital	1.065.442,14		1.065.442,14	930.442,14
412	Obrigações e títulos de participação				
414	Investimentos em imóveis	662.941,91	41.386,86	621.555,05	627.915,67
415	Outras aplicações financeiras				
441	Imobilizações em curso				
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	102.372,00		102.372,00	
		1.830.756,05	41.386,86	1.789.369,19	1.558.357,81
	Circulante:				
	Existências:				
36	Matérias Primas, subsidiárias e de consumo	92.658,76		92.658,76	83.054,57
35	Produtos e trabalhos em curso				
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos				
33	Produtos acabados e intermediários				
32	Mercadorias				
37	Adiantamentos por conta de compras				
		92.658,76		92.658,76	83.054,57

BALANÇO

ENTIDADE	MUNICIPIO DE AMARANTE	EXERCÍCIOS			
		N			N - 1
		AB	A/P	AL	AL
		ACTIVO			
	Dívidas de terceiros - Medio e longo prazos:(a)				
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
28	Empréstimos concedidos				
211	Clientes c/c				
212	Contribuintes c/c	87.583,87		87.583,87	43.386,96
213	Utentes c/c	235.013,49		235.013,49	201.752,02
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	390.311,17	278.024,92	112.286,25	108.022,10
251	Devedores pela execução do orçamento				
229	Adiantamentos a fornecedores				
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado				
24	Estado e outros entes públicos				
264	Administração autárquica				
262+263+267+268	Outros devedores	287.547,58		287.547,58	451.641,19
		1.006.456,11	278.024,92	722.431,19	804.802,27
	Títulos negociáveis:				
151	Ações				
152	Obrigações e títulos de participação				
153	Títulos de dívida pública				
159	Outros títulos				
18	Outras aplicações de tesouraria				
	Depósitos em instituições financeiras e Caixa:				
12	Depósitos em instituições financeiras	1.856.803,47		1.856.803,47	3.300.024,05
11	Caixa	1.095,49		1.095,49	1.213,68
		1.857.898,96		1.857.898,96	3.301.237,73
	Acréscimos e diferimentos:				
271	Acréscimos de proventos	586.233,87		586.233,87	325.278,94
272	Custos diferidos	64.177,53		64.177,53	54.528,10
		650.411,40		650.411,40	379.799,04
	Total de amortizações		20.446.006,55		
	Total de provisões.....		278.024,92		
	Total do activo	126.181.862,72	20.724.031,47	105.457.831,25	181.178.021,72

BALANÇO

ENTIDADE	MUNICÍPIO DE AMARANTE	EXERCÍCIOS	
		N	N - 1
	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO		
	Fundos próprios:		
51	Património	75.252.914,86	71.005.096,72
55	Ajustamento de partes de capital em empresas		
56	Reservas de reavaliação		
	Reservas:		
571	Reservas legais	1.694.180,93	1.483.766,29
572	Reservas estatutárias		
573	Reservas contratuais		
574	Reservas livres		
575	Subsídios	1.609.588,08	1.508.705,40
576	Doações	2.065.136,10	2.065.136,10
577	Reservas decorrentes de transferências de activos		
59	Resultados transitados		
88	Resultado líquido em exercício	3.710.300,64	4.208.292,78
		84.332.120,61	80.270.997,29
	Passivo:		
292	Provisões para riscos e encargos		
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo		
2312	Empréstimos de M/L prazo	9.615.150,12	11.700.094,08
2613	Fornecedores em sistema de locação financeira	262.726,04	185.715,04
		9.877.876,16	11.885.809,12
	Dívidas a terceiros - Curto Prazo		
2311	Empréstimos de curto prazo		
269	Adiantamentos por conta de vendas		
221	Fornecedores c/c	16.789,37	12.185,26
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência		
252	Credores pela execução do orçamento		
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		
2611	Fornecedores de imobilizado c/c	46.294,43	3.982,37
24	Estado e outros entes públicos	213.672,65	210.984,36
264	Administração autárquica		
2618+262+263+267+	Outros credores	226.405,87	122.758,33
2612	Fornecedores de imobilizado c/ garantias	953.721,35	809.344,72
		1.456.883,67	1.159.255,04
	Acréscimos e diferimentos:		
273	Acréscimos de custos	852.351,32	760.210,24
274	Proveitos diferidos	8.938.599,49	7.101.750,03
		9.790.950,81	7.861.960,27
	Acréscimos e diferimentos:		
273	Acréscimos de custos		



BALANÇO

ENTIDADE

MUNICÍPIO DE AMARANTE

ANO 2008
FMS. 4

CÓDIGO DAS CONTAS	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	EXERCÍCIOS	
		N	N - 1
274	Proveitos diferidos		
	Total do passivo	21.125.710,64	20.907.024,43
	Total dos fundos próprios e do passivo	105.457.831,25	101.178.021,72

ORGÃO EXECUTIVO

Em ___ de _____ de ___

ORGÃO DELIBERATIVO

Em ___ de _____ de ___



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

ANO 2008

ENTIDADE

-

MUNICÍPIO DE AMARANTE

Janeiro - Dezembro

PÁG. 1

Código de Contas		Exercício			
		N		N - 1	
61	Custos e perdas				
	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
	Mercadorias				
	Matérias	980.161,93	980.161,93	855.076,90	855.076,90
62	Fornecimentos e serviços externos:		6.833.189,39		6.134.112,03
	Custos com o pessoal:				
641+642	Remunerações	7.179.685,16		6.793.301,67	
643 a 648	Encargos sociais	1.485.756,84	8.665.442,08	1.435.993,29	8.229.294,96
63	Transferências e subs. correntes concedidos e prestações sociais		1.484.536,47		1.383.396,77
66	Amortizações do exercício		3.301.431,65		2.949.964,68
67	Provisões do exercício		71.553,31		48.268,31
65	Outros custos operacionais		62.337,57		24.152,70
	(A)		21.398.652,32		19.624.266,35
68	Custos e perdas financeiros		583.663,97		569.352,12
	(C)		21.982.316,29		20.193.618,47
69	Custos e perdas extraordinários		3.128.199,65		3.086.552,47
	(E)		25.110.515,94		23.280.170,94
88	Resultado líquido do exercício.....		3.710.300,64		4.288.292,78
	(I)		28.820.816,58		27.488.463,72
	Proveitos e ganhos				
	Vendas e prestações de serviços:				
7111	Venda de mercadorias	33.023,64		40.119,53	
7112+7113	Venda de produtos	2.960.327,05		2.298.702,66	
	(B)		4.985.518,04	1.771.198,30	4.110.028,49
712+713	Prestações de serviços	1.992.167,35	4.985.518,04		4.110.028,49
	()		6.649.480,61		6.098.493,99
72	Impostos e taxas				
(a)	Variação da produção				
75	Trabalhos para a própria entidade				
73	Proveitos suplementares		21.117,42		10.969,59
74	Transferências e subsídios obtidos		16.365.820,02		15.790.014,45
76	Outros proveitos e ganhos operacionais		76.926,11		153.475,63
	(B)		28.098.862,20		26.162.974,15
78	Proveitos e ganhos financeiros		213.571,26		183.058,68
	(D)		28.312.433,46		26.346.032,83
79	Proveitos extraordinários		508.383,12		1.142.438,89
	(F)		28.820.816,58		27.488.463,72
Resumo:	Resultados Operacionais: (B - A)		6.700.209,88		6.538.707,80
	Resultados Financeiros: (D - B) - (C - A)		-370.892,71		-386.293,44
	Resultados Correntes: (D - C)		6.330.117,17		6.152.414,36
	Resultado Líquido do Exercício: (F - E)		3.710.300,64		4.288.292,78

ÓRGÃO EXECUTIVO

Em ___ de _____ de ____

ÓRGÃO DELIBERATIVO

Em ___ de _____ de ____



O Balanço e a Demonstração de Resultados apresentados relevam a situação patrimonial e financeira do Município de Amarante em 31/12/2008, em conformidade com os princípios contabilísticos e normas vigentes constantes do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, com a redacção dada por todas as alterações introduzidas.

Da análise das demonstrações financeiras constata-se que o Balanço em 31 de Dezembro de 2008 evidencia um total de 105.457.831,25 euros e um total de fundos próprios de 84.332.120,61 euros, incluindo um resultado líquido do exercício de 3.710.300,64 euros, devidamente explicitado na Demonstração de Resultados e donde se extrai também o total de 28.820.816,58 euros de proveitos e ganhos e 25.110.515,94 euros de custos e perdas.

3.2.2 ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras e demais anexos relativos às contas do exercício de 2008 do Município de Amarante foram efectuados segundo as normas e princípios contabilísticos do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º.54-A/99, de 22 de Fevereiro e preparadas no pressuposto de continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos do Município de Amarante.

A numeração utilizada corresponde à que consta do referido diploma, sendo que os números em falta não se aplicam ou não existe informação a prestar.

1. CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 Identificação: Município de Amarante

Número de Identificação Fiscal: 501102752

Endereço: Alameda Teixeira de Pascoaes - 4600-011 Amarante
amarante@cm-amarante.pt

Regime financeiro: - POCAL – Dec.Lei n.º. 54-A/99, de 22 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º. 162/99, de 14 de Setembro; Dec.Lei n.º. 315/2000 de 2 de Dezembro e Dec.Lei n.º 84-A/2002, de 5 de Abril;

- Lei n.º. 2/2007, de 15 de Janeiro.

1.2 Legislação aplicável na constituição, orgânica e funcionamento:

Lei n.º.169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º. 5-A/2002, de 11 de Janeiro e Lei n.º 159/99, de 14 Setembro.



1.3 Estrutura Organizacional Efectiva:

A estrutura organizacional, e de acordo o Regulamento aprovado em Assembleia Municipal de 17/05/1997 e publicado na IIª Série do D.R. n.º.160 de 14/7/1997, define-se da seguinte forma:



Órgão Deliberativo: Assembleia Municipal

Órgão Executivo: Câmara Municipal

1.4 Descrição sumária das actividades:

Nos termos do artigo 13º da Lei n.º. 159/99, de 14 de Setembro, os municípios dispõem de atribuições nos seguintes domínios:

- Equipamento rural e urbano;
- Energia;
- Transportes e comunicações;
- Educação;
- Património, cultura e ciência;
- Tempos Livres e Desporto;
- Saúde;
- Acção Social;



- i) Habitação;
- j) Protecção Civil;
- l) Ambiente e saneamento básico
- m) Defesa do Consumidor
- n) Promoção do desenvolvimento
- o) Ordenamento do território e urbanismo
- p) Polícia Municipal
- q) Cooperação externa

1.5 Recursos Humanos:

Presidente: Armindo José da Cunha Abreu

Vereadores: Fernando Moura e Silva⁸

João Vítor Correia de Almeida Sardoeira⁹

Carlos Alberto Teixeira Gonçalves Silva

Octávia Manuel da Rocha e Freitas Morais Clemente

Ricardo Jorge Martins Ribeiro

Amadeu Fernando da Costa Monteiro Magalhães

Número de Membros da Assembleia Municipal: 81

Número de funcionários em 2008/12/31: 345

1.6 Organização Contabilística:

Os serviços de contabilidade são únicos e organizados de forma centralizada.

Os registos e demais procedimentos são efectuados num único sistema integrado capaz de fornecer informação adequada de acordo com os princípios e normas do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais e obedecem ao Sistema de Controlo Interno aprovado em Reunião do Executivo de 3/9/2001.

Os serviços municipais estão informatizados desde 01/01/1995, respeitando todas as aplicações informáticas o disposto na legislação em vigor e sendo a empresa prestadora do serviço a Medidata, Sistemas de Informática e Engenharia, SA.

⁸ por renúncia de Avelino Ferreira Torres, eleito nas listas do Movimento Amar Amarante.

⁹ por renúncia de Luís Manuel Morais Leite Ramos, eleito nas listas do PSD.



2. NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

2.1 Indicação e justificação das disposições do POCAL que, em casos excepcionais devidamente fundamentados e sem prejuízo do legalmente estabelecido, tenham sido derogados e dos respectivos efeitos no balanço e demonstrações de resultados

O Balanço e a Demonstração de Resultados apresentados relevam a situação patrimonial e financeira do Município de Amarante em 31/12/2008, em conformidade com os princípios contabilísticos e normas vigentes constantes do POCAL.

2.2 Indicação e comentário das contas de balanço e da demonstração de resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior

Não existem contas de balanço e da demonstração de resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

2.3 Critérios valorimétricos utilizados relativamente às várias rubricas do balanço e da demonstração de resultados, bem como métodos de cálculo respeitantes aos ajustamentos de valor

a) Imobilizações

- o imobilizado corpóreo está registado ao custo de aquisição ou de produção, e inclui o IVA suportado sem direito a dedução.

- as imobilizações em curso estão valorizadas ao custo de construção, segundo a facturação parcial, incluindo o IVA suportado e que não confere direito à dedução;

- os investimentos financeiros estão valorizados ao custo de aquisição;

- o cálculo das amortizações foi efectuado pelo método das quotas constantes e com base nas taxas normais e anuais definidas no Classificador Geral anexo à Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril;

b) Existências

As existências foram valorizadas ao custo de aquisição e os métodos de custeio das saídas de armazém adoptados foram o custo específico ou o custo médio ponderado, sendo que no final do ano atingiam o montante de 92.658,76 euros.



c) Terceiros

A classe de terceiros engloba as operações derivadas de relações com terceiros atendendo simultaneamente às diferentes espécies de entidades e às diversas naturezas de operações.

A rubrica de Dívidas de Terceiros regista o montante de 1.000.456,11 euros, sendo que 287.547,58 euros dizem respeito a devedores de transferências de apoios nacionais e comunitários.

No que concerne à rubrica Dívidas a Terceiros, distinguiu-se a dívida de curto prazo, no montante de 1.456.883,67 euros, da exigível a médio e longo prazo, no valor de 9.877.876,16 euros, procedendo-se ainda, no caso da dívida de curto prazo, à desagregação da dívida pelos vários tipos de fornecedores, pelo Estado e outros entes públicos e outros devedores e credores; e no caso da dívida a médio e longo prazo á discriminação da parcela respeitante a Empréstimos Bancários e a bens adquiridos em regime de locação financeira.

d) Disponibilidades

O montante de 1.857.898,96 euros inclui as disponibilidades imediatas, nomeadamente, 1.095,49 euros em caixa e 1.856.803,47 euros em depósitos em instituições financeiras que apresentavam a desagregação seguinte:

Banco	Un:euros
Banco Espírito Santo	38.667,98
Banco Português de Investimento	7.857,02
Banco Santander Totta	27.203,61
Millennium BCP	59.625,08
Caixa Geral de Depósitos	1.686.522,47
Montepio	7.860,01
Banif	10.881,59
Crédito Agrícola	13.154,36
Finibanco	5.031,35
TOTAL	1.856.803,47

É notar que o valor total das disponibilidades não não reflecte as diferenças detectadas na reconciliação bancária das diversas contas (398.970,70 euros).

e) Acréscimos e diferimentos

A Câmara Municipal de Amarante registou os seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização do exercício, pelo qual são reconhecidos à



medida em que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

Os subsídios para investimento associados a activos amortizáveis (Fundos Comunitários e Protocolos com a Administração Central) foram registados na rubrica Proveitos Diferidos. O montante do subsídio ao investimento reconhecido anualmente como proveito é calculado com base nas amortizações dos bens subsidiados.

2.4 Cotações utilizadas para conversão em moeda portuguesa das operações registadas em contas incluídas no balanço expressas em moeda estrangeira

O Município de Amarante não tem rubricas expressas em moeda estrangeira.

2.5 Situações em que o resultado do exercício foi afectado:

O resultado do exercício refere-se ao período Janeiro a Dezembro de 2008.

2.7 Activo Bruto, Amortizações e Provisões

Os movimentos ocorridos nas rubricas do activo imobilizado constantes do balanço e nas respectivas amortizações e provisões são o que se discrimina nos quadros seguintes:

Quadro nº.20
Activo Bruto

Rubricas	Saldo inicial	Reavaliação/ ajustamento	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
De bens de domínio público:						
Terrenos e recursos naturais	174.515,30		25.000,00			199.515,30
Outras construções e infra-estruturas	25.875.831,36		3.570.334,58		328705,98	29.117.459,96
Imobilizações em curso	9.802.802,28		3.493.000,36		4.054.696,99	9.241.105,65
	35.853.148,94	0,00	7.088.334,94	0,00	4.383.402,97	38.558.080,91
De imobilizações incorpóreas						
Despesas de investigação e de desenvolvimento	512.941,62		27.720,49			540.662,11
Propriedade industrial e outros direitos	345.142,79		45.165,80		445,05	389.863,54
Imobilizações em curso	233.507,64		74.688,16		33.523,05	274.672,75
	1.091.592,05	0,00	147.574,45	0,00	33.968,10	1.205.198,40
De imobilizações corpóreas						
Terrenos e recursos naturais	12.549.423,39		876.223,00		132.181,44	13.293.464,95
Edifícios e outras construções	51.276.772,05		3.941.525,62	26.746,14	77,25	55.191.474,28
Equipamento básico	3.512.793,87		209.568,15		19.030,60	3.703.331,42
Equipamento de transporte	1.822.171,91		145.980,61		7.254,07	1.960.898,45
Ferramentas e utensílios	202.167,52		10.136,17			212.303,69
Equipamento administrativo	740.707,70		242.737,16		66.527,26	916.917,60
Outras imobilizações corpóreas	1.822.899,57		247.369,08		5.454,70	2.064.813,95
Imobilizações em curso	3.394.234,34		4.736.151,09		4.487.187,64	3.643.197,79
Adiant. por conta de imobilizações corpóreas	0,00					0,00
	75.321.170,35	0,00	10.409.690,88	26.746,14	4.717.712,96	80.986.402,13
De investimentos financeiros						
Partes de capital	930.442,14		135.000,00			1.065.442,14
Investimentos em imóveis:	662.941,91		0,00			662.941,91
Adiant. por conta de investimentos financeiros			102.372,00			102.372,00
	1.593.384,05	0,00	237.372,00	0,00	0,00	1.830.756,05

Quadro nº21.
Amortizações e Provisões

(un.: euros)

Designação	Saldo inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
De bens de domínio público:				
Outras construções e infra-estruturas	4.429.333,96	1.444.026,99	63.957,16	5.809.403,79
	4.429.333,96	1.444.026,99	63.957,16	5.809.403,79
De imobilizações incorpóreas				
Despesas de investigação e de desenvolvimento	268.427,91	81.854,74		350.282,65
Propriedade industrial e outros direitos	298.285,11	43.329,23	445,05	341.169,29
	566.713,02	125.183,97	445,05	691.451,94
De imobilizações corpóreas:				
Edifícios e outras construções	6.982.119,81	911.720,93	1.813,32	7.892.027,42
Equipamento básico	2.280.121,18	395.859,95	10.641,40	2.665.339,73
Equipamento de transporte	1.197.873,31	114.813,57	6.818,82	1.305.868,06
Ferramentas e utensílios	173.631,69	11.812,24		185.443,93
Equipamento administrativo	623.725,05	94.598,43	61.989,20	656.334,28
Outras imobilizações corpóreas	961.623,02	240.526,69	3.399,17	1.198.750,54
	12.219.094,06	1.769.331,81	84.661,91	13.903.763,96
De investimentos financeiros				
Investimentos em imóveis:	35.026,24	6.360,62		41.386,86
	35.026,24	6.360,62	0,00	41.386,86

2.10 Indicação dos diplomas legais nos termos dos quais se baseou a reavaliação dos bens do imobilizado

Não foram efectuadas reavaliações porque não existem normas que as autorizem e que definam os respectivos critérios de valorização, nos termos mencionados no ponto 4.1.11 do POCAL.

2.12 Valor global, relativamente às imobilizações corpóreas de:

- Imobilizações em poder de terceiros
- Imobilizações reversíveis



Descrição do Bem	Valor Patrimonial	Situação
<i>Zona Industrial de Amarante – Telões:</i>		
Parcela de Terreno (Lotes n.º 1)	1.892,44	Cedido em direito de superfície
Parcelas de Terreno (Lotes n.º 5)	477,65	Cedido em direito de superfície
Parcela de Terreno (Lote n.º 7)	466,83	Cedido em direito de superfície
Parcela de Terreno (Lote n.º 8)	465,78	Cedido em direito de superfície
Parcela de Terreno (Lotes n.º 9)	497,55	Cedido em direito de superfície
Parcela de Terreno (Lotes n.º 10)	497,55	Cedido em direito de superfície
Parcela de Terreno (Lotes n.º 11)	497,55	Cedido em direito de superfície
<i>Alvará de Loteamento 12/91:</i>		
Parcela de Terreno (Lotes n.º 1)	21.697,71	Cedido em direito de superfície
Parcela de Terreno (Lotes n.º 2)	23.792,66	Cedido em direito de superfície
Parcela de Terreno (Lotes n.º 4)	49.879,79	Cedido em direito de superfície
<i>Prédios rústicos inscritos na matriz da Freguesia de Gatão:</i>		
4 prédios com áreas de 4 400 m2, 22 500 m2, 2 000 m2 e 41 500 m2, cedidos à CERCIMARANTE	49.630,39	Cedido em direito de superfície
<i>Terrenos sitos na Bouça do Pombal – S. Gonçalo:</i>		
Lote de terreno com área de 1 437 m2	64.506,93	Cedido em direito de superfície
Lote de terreno com área de 963 m2	43.229,07	Cedido em direito de superfície
Lote de terreno com área de 953 m2	42.781,90	Cedido em direito de superfície
Parcela de Terreno com área de 1 400 m2	69.831,71	Cedido em direito de superfície
Lote de terreno n.º 1	21.722,65	Cedido em direito de superfície
<i>Terreno sito na Baseira – S. Gonçalo:</i>		
Lotes de terreno com área de 684 m2	17.058,88	Cedido em direito de superfície
<i>Terreno sito no Barracão – S. Gonçalo:</i>		
Lote de terreno com área de 565 m2	1.795,67	Cedido em direito de superfície
<i>Terrenos sitos em Louredo:</i>		
Parcela de terreno com área de 2 290 m2	1.713,37	Cedido em direito de superfície
Parcela de terreno com área de 1 110 m2	1.354,24	Cedido em direito de superfície
Parcela de terreno com área de 1 960 m2	1.247,00	Cedido em direito de superfície
Parcela de terreno com área de 1 310m2	1.247,00	Cedido em direito de superfície
<i>Parque de Campismo Penedo da Rainha</i>		
	148.468,37	Concessionado
<i>Prédio rústico denominado “Campo do Quinchoso”</i>		
Lote de terreno com área de 2.300 m2	22.445,90	Cedido em direito de superfície
<i>Prédio urbano na freguesia de Gondar</i>		
Prédio urbano com área de 1.800m2	63.810,00	Cedido em direito de superfície
Terreno destinado ao Novo Hospital	70.330,00	Cedido em direito de superfície

2.13 Indicação dos bens utilizados em regime de locação financeira, com menção dos respectivos valores contabilísticos

Designação do Bem	Custo de Aquisição	Valor Contabilístico
Viatura Nissan	34.021,45	15.127,12
Viatura Toyota Dyna	21.700,01	11.501,01
Viatura Toyota Dyna	24.525,38	14.715,22
Mini Autocarro	71.162,01	35.581,01
Camião Volvo	168.950,34	85.595,96
Camião Volvo	142.188,34	87.242,72
Nissan Pick Up cabine dupla	22.369,74	13.421,85
Nissan Pick Up cabine dupla	22.369,74	13.421,85
Nissan Pick Up cabine dupla	22.369,75	13.421,85
Nissan Pick Up cabine dupla	22.369,74	13.421,85
Renault Kangoo	19.342,14	9.671,06
Mitsubishi Canter	36.240,33	21.744,21
Mini Autocarro	92.247,98	55.348,78
Citroen C3	15.730,00	13.763,75
Opel Astra	22.363,63	19.568,18
Ford Ranger	23.455,85	21.110,26
Ford Ranger	23.256,20	20.930,58
Renault Trafic	20.585,77	18.012,55
Renault Trafic	20.585,77	18.012,55
Retroescavadora	65.790,00	61.090,71



No final do ano de 2008, o valor total dos contratos em regime de locação financeira referente a diversas viaturas ascendia a 732.618,89 euros e o capital em dívida era de 262.726,04 euros.

Nº Contrato	Designação	Entidade Locadora	Datas do Contrato		Nº de Rendas		Valor de aquisição do bem c/ IVA	Valor Residual	Capital em dívida a 31 de Dezembro de 2008
			Início	Fim	Pagas	Em falta			
300375	Camião Volvo Pusher	Caixa Leasing e Factoring	16-08-2003	16-05-2008	20	0	135.048,42	8.674,68	0,00
300376	Viatura Nissan Cabstar 120	Caixa Leasing e Factoring	16-08-2003	16-05-2008	20	0	32.313,05	2.075,60	0,00
312420	Viatura Renault Kangoo Helios 1.5D 65	Caixa Leasing e Factoring	10-10-2005	10-07-2009	13	3	19.342,14	1.160,53	4.815,51
340370	Retro-Escavadora Marca Komatsu, Modelo WB93R-5 Master Le	Caixa Leasing e Factoring	20-08-2008	20-05-2012	2	14	65.790,00	1.315,80	58.457,45
144882	Mini - Autocarro Mercedes Benz Sprinter. Matrícula 07-06-XU	Santander, Leasing	15-12-2004	15-09-2009	17	3	71.162,00	4.269,72	14.439,55
148212	Viatura TOYOTA DYNA. Matrícula 65-50-ZU	Santander, Leasing	01-08-2005	01-05-2009	14	2	24.525,38	1.471,52	4.592,39
148808	Viatura IVECO 65C15. Mini - Autocarro. Matrícula 10-35-ZO	Santander, Leasing	01-06-2005	01-03-2010	15	5	92.247,98	5.534,88	29.006,77
151092	Viatura MITSUBISHI CANTER FE659HWSLEA9. Matrícula 54-AL-36	Santander, Leasing	15-12-2005	15-09-2009	13	3	36.240,33	2.174,42	9.022,42
151093	4 Viaturas NISSAN PICK-UP 2.5 TDi 4X4 CAB DUPLA	Santander, Leasing	01-09-2005	01-06-2009	14	2	89.478,97	5.368,74	16.710,37
171692	Ford Ranger 2.5TDi 4X4 CAB DUPLA. Matrícula 31-FA-85	Santander, Leasing	15-04-2008	15-01-2012	3	13	23.455,85	469,12	19.508,61
171693	Citroen C3 1.4Hdi SX PACK. Matrícula 33-ET-57	Santander, Leasing	15-03-2008	15-12-2011	4	12	15.730,00	314,60	12.168,48
2004/101413	Toyota Dyna	BPI	05-07-2004	05-04-2009	18	2	21.700,01	1.302,00	3.297,44
2007/104107	Renault Trafic Combi Fase II. Matrícula 32-EJ-45	BPI	05-03-2008	05-12-2011	4	12	20.585,77	1.235,15	16.094,77
2007/104108	Renault Trafic Combi Fase II. Matrícula 32-EJ-36	BPI	05-03-2008	05-12-2011	4	12	20.585,77	1.235,15	16.094,77
30028028	OPEL Astra Edition 1.7 CDTI. Matrícula 56-FR-83	BBVA	24-08-2008	24-05-2012	2	14	22.363,63	1.341,82	19.964,72
30028090	Ford Ranger 2.5 TDCI CD XL. Matrícula 32-FQ-52	BBVA	25-08-2008	25-05-2012	2	14	23.256,20	1.395,37	20.761,53
30028811	ISUZU MODELO D-MAX 2.5 CH/CAB/LONG 4X2 L4. MATRICULA 24-GB-35.	BBVA	24-11-2008	24-08-2012	1	15	18.793,39	1.127,60	17.791,27
TOTAL							732.618,89	40.466,69	262.726,04



2.14 Indicação dos bens de imobilizado que não foi possível valorizar, com indicação das respectivas razões

Bem	Justificação da não valorização
Edifício do Solar dos Magalhães Quiosque e sanitários do Arquinho	Avançado estado de degradação e desconhecimento do seu custo de aquisição
Bens classificados como: "Obras de arte; móveis antigos; colecções e antiguidades"	Dificuldade de avaliação dada a natureza subjectiva dos bens

2.15 Indicações dos bens de domínio público que não são objecto de amortização e indicação das respectivas razões

Os bens de domínio público considerados nas demonstrações financeiras dizem apenas respeito aos resultantes de empreitadas e aquisições de terrenos posteriores ao ano de 2003.

2.16 Designação e sede das entidades participadas, com indicação da parcela detida, bem como dos capitais próprios

Entidade	Sede	Parcela detida (Euros)	Capitais próprios em 31/12/2008 (Euros)	Resultado exercício 2008 (Euros)
HIDROOLO – Hidroeléctrica OLO	Amarante	149640	148871	2381
Canagi - Mata doouro Reg. Vale Sousa e Baixo Tâmega	Penafiel	138510,00	5.666.783,77	7.277,17
Agência Desenvolvimento Regional Entre Douro e Tâmega	Amarante	45.370,66	*	*
REBAT – Val E. Trat. Resíduos Sólidos Baixo Tâmega	Celorico Basto	370.635,00	4.356.161,01	361.070,76
Parques do EDT	Amarante	100.000,00	*	*
Ensino Profissional do Entre Douro e Tâmega, SA	Amarante	249.748,00	*	*

* à data de 1/4/2009, a entidade ainda não tinha as contas relativas ao ano de 2008 aprovadas

2.17 Relativamente aos elementos incluídos nas contas «Títulos negociáveis» e «Outras aplicações de tesouraria», indicação, quando aplicável, da natureza, entidades, quantidades e valores de balanço

O Município de Amarante não possui «Títulos negociáveis» nem elementos susceptíveis de serem incluídos na rubrica «Outras aplicações de tesouraria».



2.22 Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço

O valor das dívidas de cobrança duvidosa no final do ano era de 390.311,17 euros.

2.25 Discriminação das dívidas incluídas na conta «Estado e outros entes públicos» em situação de mora

As dívidas da Autarquia para com o Estado encontram-se dentro dos prazos legais para pagamento sem quaisquer encargos adicionais.

2.26 Descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e caucões prestadas e recibos para cobrança:

Contas de Ordem

Designação das contas	Saldo da Gerência anterior		Saldo para a gerência seguinte	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Garantias e caucões		4.159.630,63		3.941.907,15
Recibos para cobrança		314.493,71		390.311,17

2.27 Desdobramento das contas de provisões acumuladas:

Cód. das Contas	Descrição	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
291	Provisões cobranças duvidosas	206.471,61	71.553,31		278.024,92

2.28 Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5 - *Fundo Patrimonial*, constantes do balanço

Os Fundos Próprios em 31/12/2008 apresentavam o montante de 84.332.120,61 euros, sendo que 3.710.300,64 euros diziam respeito ao Resultado Líquido do Exercício e 75.252.914,86 euros à rubrica do Património.



2.29 Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:

Movimentos	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Existências iniciais	83.054,57
Compras	989.766,12
Existências finais	92.658,76
Custos no exercício	980.161,93

2.31 Demonstração dos resultados financeiros

Cód. Contas	Custos e perdas	Exercícios		Cód. Contas	Proveitos e ganhos	Exercícios	
		2008	2007			2008	2007
681	Juros suportados	571.733,51	556.419,37	781	Juros obtidos	190.410,39	162.989,97
683	Amortizações de investimentos em imóveis	6.360,62	6.360,62	782	Ganhos em entidades participadas	23.160,87	20.068,71
688	Outros custos e perdas financeiros	5.569,84	6.572,13				
TOTAL		583.663,97	569.352,12	TOTAL		213.571,26	183.058,68

2.32 Demonstração dos resultados extraordinários

Cód. Contas	Custos e perdas	Exercícios		Cód. Contas	Proveitos e ganhos	Exercícios	
		2008	2007			2008	2007
691	Transferências capital concedidas	2.952.903,47	2.213.586,19	791	Restituição de impostos	14.337,58	6.063,67
693	Perdas em existências		2.710,51	793	Ganhos em existências	1.238,78	2.510,80
694	Perdas em imobilizações	17.648,09	565.965,73	794	Ganhos em imobilizações	59.656,64	102.938,79
695	Multas e penalidades	10.522,10	10.418,79	795	Benefícios de penalidades contratuais	47.989,08	33.352,65
697	Correcções relativas a exercícios anteriores	73.922,96	259.261,94	797	Correcções relativas a exercícios anteriores	75.253,82	409.145,21
698	Outros custos e perdas extraordinários	73.203,03	34.609,31	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	309.907,22	588.419,77
TOTAL		3.128.199,65	3.086.552,47	TOTAL		508.383,12	1.142.430,89



2.33 Outras informações adicionais:

Indicadores financeiros mais significativos:

Quadro nº22
Indicadores Financeiros

Resultados	2006	2007	2008
Operacionais	8.180.422,06	6.538.707,80	6.700.209,88
Financeiros	-341.667,81	-386.293,44	-370.092,71
Correntes	7.838.754,25	6.152.414,36	6.330.117,17
Extraordinários	-2.167.040,95	-3.065.861,89	-2.619.816,53
Líquidos do exercício	5.671.713,30	4.208.292,78	3.710.300,64

Resultados Operacionais:

- o conjunto dos proveitos operacionais, que em 2008 representou cerca de 97% dos proveitos globais do Município, está fortemente condicionado pela evolução dos impostos e taxas (imposto municipal sobre imóveis, imposto sobre veículos, imposto municipal sobre transmissões onerosas de bens e taxas e loteamentos), das vendas e prestação de serviços e das transferências e subsídios obtidos (donde se realça o FGM e FCM);

- nos custos operacionais, que representam 85% dos custos totais, salientam-se os inerentes ao pessoal, os fornecimentos e serviços externos, as transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais e as amortizações do exercício;

Resultados Financeiros:

- em 2008, os resultados financeiros apresentam um valor negativo de 370.092,71 euros. Os proveitos financeiros, que incluem juros obtidos de depósitos à ordem, juros de depósitos a prazo e rendimentos de imóveis registaram o valor de 213.571,26 euros, e revelaram-se insuficientes para cobrir os custos financeiros, no valor de 583.663,97 euros;

Resultados Extraordinários:

- os resultados extraordinários apresentam um valor negativo de 2.619.816,53 euros;



- nos custos extraordinários que ascenderam a 3.128.199,65 euros, as componentes que mais sobressaíram foram as relativas a transferências de capital para as Freguesias e Associações Municipais e os abates de bens sujeitos a inventariação;

- Relativamente aos proveitos extraordinários, que atingiram 508.383,12 euros, evidenciaram-se os ganhos em imobilizações, benefícios de penalidades contratuais e as correcções relativas a exercícios anteriores.

Rácios de Rendibilidade:

Rácios	2006	2007	2008
Rendibilidade dos capitais próprios	7,6%	5,2%	4,4%
Rendibilidade dos capitais totais	6,4%	4,5%	3,9%
Rendibilidade do activo total	5,8%	4,2%	3,5%
Rendibilidade do activo fixo	6,1%	4,4%	3,6%
Rendibilidade das vendas e prest. Serv.	107,3%	102,4%	74,4%
Rendibilidade dos investimentos	8,3%	6,5%	6,4%

A taxa de rendibilidade dos capitais próprios, que corresponde à aptidão da entidade para libertar meios financeiros que assegurem não só a renovação dos instrumentos de produção, como também o seu crescimento e a remuneração dos capitais do Município, apresenta valor positivo.

Por seu turno, todas as outras rendibilidades seguem esta tendência positiva apresentando o valor mais significativo a rendibilidade das vendas e prestações de serviços.

Rácios de Estrutura:

Quadro nº.23
Rácios de Estrutura

Rácios	2006	2007	2008
Liquidez Geral	3,98	3,61	1,83
Liquidez Reduzida	3,89	3,54	1,77
Liquidez Imediata	2,34	2,85	1,28
Fundo de Maneio (euros)	3.189.935,09	3.029.839,53	1.216.105,24
Solvabilidade Total	520,47	615,34	744,01
Cobertura do Serviço da Dívida	3,10	2,48	2,10
Autonomia Financeira	0,76	0,79	0,80



Do que antecede extrai-se, em síntese, que o Município:

- em 2008 não apresenta dificuldades em satisfazer os seus compromissos de curto prazo, uma vez que os rácios de liquidez têm valores acima da unidade;
- O fundo de maneiço regista valores com igual tendência, isto é, o activo circulante cobre o passivo de curto prazo, sendo por isso cumprida a regra do equilíbrio financeiro;
- apresenta um grau de dependência do financiamento externo na ordem 20%.
- com a sua actividade expressa nos Resultados Operacionais 6.700.209,88 euros, conseguiu superar em 210% o serviço da dívida, que no exercício atingiu os 3.189.144 euros.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em conta a análise traçada das actividades, da execução orçamental e da situação patrimonial da Câmara Municipal referente ao ano de 2008, devidamente enquadrada pelas inúmeras limitações financeiras, económicas e técnicas com que se deparou ao longo do ano, bem como ao facto de todos os indicadores legais e obrigatórios terem sido cumpridos e os objectivos a que o Executivo se propôs terem sido globalmente conseguidos, julgo estarem reunidas as condições objectivas para que estes documentos sejam apreciados favoravelmente.

Nos termos do ponto 2.7.3 do POCAL, quando houver saldo positivo na conta 59 "Resultados Transitados", o seu montante pode ser repartido da seguinte forma:

- a) Reforço do património;
- b) Constituição ou reforço de reservas.

Dispõe ainda aquela norma que deve constituir-se o reforço anual da conta 57.1 "Reservas legais", no valor de 5% do Resultado Líquido do Exercício e que é obrigatório o reforço do património até que o valor contabilístico da conta Património corresponda a 20% do Activo Líquido.



Nesta conformidade, propõe-se que o Resultado Líquido do Exercício, no montante de 3.710.300,64 euros, seja aplicado da seguinte forma:

Reservas legais: 185.515,03 euros

Património: 3.524.785,61 euros

Paços do Município de Amarante, 8 de Abril de 2009

O PRESIDENTE DA CÂMARA,

Armindo José da Cunha Abreu



<http://www.cm-amarante.pt/>